

Agroecologia e educação no projeto Zapatista: articulações em defesa da Madre Tierra

Cláudio Rodrigues da Silva¹

57

Resumo

Com o subsídio de pesquisa empírica, bibliográfica e documentais, neste texto tem-se por objetivo apresentar apontamentos sobre desafios enfrentados pelo Zapatismo (Chiapas – México) para a execução do seu projeto agroecológico. Esse Movimento enfrenta condições adversas para a consecução do seu projeto agroecológico, devido ao avanço, em seus territórios e seus entornos, de projetos de desenvolvimento econômico de variados portes, pautados por perspectivas incompatíveis com a agroecologia. Por outro lado, o Movimento, não sem contradições e condições adversas, registra casos exitosos, implementando variadas iniciativas para a execução do seu projeto agroecológico, que, além da produção de alimentos saudáveis, visa a defesa da Madre Tierra, objetivo esse imbricado com a questão dos Direitos Humanos.

Palavra-chave: Movimento Zapatista; Agroecologia; Educação autônoma.

¹ Doutor em Educação pela UNESP-Marília. Desenvolve pesquisa sobre Formação de professores, Educação Inclusiva e Educação em Movimentos Sociais. Integra o Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia (PPGE/FFC/UNESP). | claudio.rodrigues-silva@unesp.br



Resumen

Con la ayuda de investigación empírica, bibliográfica y documental, el objetivo de este texto es presentar apuntes sobre los desafíos que enfrenta el Zapatismo (Chiapas, México) en la ejecución de su proyecto agroecológico. Este Movimiento enfrenta condiciones adversas para la ejecución de su proyecto agroecológico, debido al avance, en sus territorios y sus alrededores, de proyectos de desarrollo económico de diversa envergadura, basados en perspectivas incompatibles con la agroecología. Por otro lado, el Movimiento, no sin contradicciones y condiciones adversas, registra casos exitosos, implementando diversas iniciativas para la ejecución de su proyecto agroecológico, que, además de la producción de alimentos sanos, apunta a la defensa de la Madre Tierra, objetivo imbricado con la cuestión de los Derechos Humanos.

Palavras-chave: Movimento Zapatista; Agroecología; Educación autónoma.

Abstract

With the help of empirical, bibliographical and documental investigation, this paper aims to present notes on the challenges faced by Zapatismo (Chiapas - Mexico) in the execution of its agroecological project. This Movement faces adverse conditions for the implementation of its agroecological project, due to the advance, in its territories and their surroundings, of economic development projects of various sizes, guided by perspectives incompatible with agroecology. On the other hand, the Movement, not without contradictions and adverse conditions, registers successful cases, implementing various initiatives for the execution of its agroecological project, which, besides the production of healthy food, aims at the defense of Madre Tierra, an objective imbricated with the issue of Human Rights.

Keywords: Zapatista Movement. Agroecology. Autonomous education.

Introdução

A questão ambiental – em acepção ampla, ou seja, em seus variados aspectos – configura-se como um dos mais relevantes e prementes temas em debate na atual conjuntura. Em âmbito planetário, ocupa, com singularidades e não sem disputas e contradições, espaço privilegiado nas agendas de Estados nacionais, organismos internacionais e organizações não estatais. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) (ONU, 2022), assim como iniciativas outros organismos internacionais e sujeitos coletivos, exemplifica isso a partir de perspectivas hegemônicas. A questão ambiental tem implicações diretas e indiretas com vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Trata-se de uma pauta imbricada com a questão dos Direitos Humanos.



Diversos posicionamentos e iniciativas teórico-práticas levadas a termo por movimentos sociais críticos ou contra-hegemônicos – em especial aqueles compostos por povos originários ou tradicionais – de diferentes matrizes político-ideológicas e localidades do mundo também evidenciam a importância e a urgência desse tema a partir de outras perspectivas. Essa questão envolve diversos fatores, articulados ou não entre si, e resulta em diferentes posicionamentos e proposições teórico-práticas, dentre elas, a agroecologia (ÁVILA-ROMERO, 2007, GUHUR; TONÁ, 2012, NOVAES; SANTOS, 2019, PEREIRA *et al*, 2023, TAIBO, 2009).

Villafuerte-Solís (2015, p. 15) aponta que

No se puede ocultar que hoy estamos frente a nuevos problemas: no se trata sólo de una crisis de producción, de pérdida de autosuficiencia y de soberanía alimentaria, sino también de una crisis de los campesinos y de la sociedad rural —que se refleja en la pobreza, el hambre y la migración—, y de una crisis ecológica. Se trata de una crisis global que está poniendo en riesgo la supervivencia misma del planeta.

Conforme Novaes e Santos (2019, p. 213),

A agroecologia começa a ganhar força no cenário latino-americano a partir da década de 1980. Desde então, vários pesquisadores, extensionistas, membros de ONGs e intelectuais de movimentos sociais vêm teorizando sobre suas práticas e princípios. A agroecologia vem sendo assumida como alternativa para fazer o enfrentamento às condições destrutivas que a financeirização da agricultura gerou para diversos trabalhadores e trabalhadoras que se produzem e se reproduzem no campo.

O Movimento Zapatista², composto majoritariamente por povos indígenas de diferentes etnias, atuante no Estado de Chiapas, região Sudeste do México, empenha-se na luta pela defesa da *Madre Tierra*, mobilizando, para isso, de maneira articulada – o que remete a debates sobre a totalidade e a intersetorialidade –, as diversas áreas do seu projeto político,

² Aguirre Rojas (2018), entre outros autores, com o objetivo inclusive de diferenciar o Zapatismo primevo, do início do século XX, do Zapatismo contemporâneo, apresenta este como “Neozapatismo” ou “Neozapatistas”, porém, esse Movimento apresenta-se como “Zapatistas” ou Zapatismo (SILVA, 2019).



principalmente a agroecologia e a educação autônoma (BARBOSA, 2015, BASCHET, 2015, DAL RI, 2017, SILVA, 2019).

Neste texto tem-se por objetivo apresentar apontamentos sobre aspectos de alguns dos desafios e contradições enfrentadas pelo Zapatismo para levar termo o seu projeto de agroecologia, devido ao avanço dos projetos pautados por perspectivas desenvolvimentistas. Enfatizam-se, neste texto, os denominados (mega)projetos³ e determinadas políticas implementadas – com variações, conforme a conjuntura, a correlação de força, os móveis, os sujeitos, dentre outros fatores envolvidos – pelo Estado mexicano, a partir do Levante Zapatista, em 1994.

Esses dados são decorrentes de pesquisa bibliográfica, documental e empírica (DEMO, 1988, TRIVIÑOS, 1987) realizadas em territórios rebeldes autônomos zapatistas, bem como em territórios e comunidades adjacentes. A pesquisa teve como objetivo principal analisar aspectos da educação autônoma em acepção *lato*. Por documentos, são entendidos os materiais em sua íntegra e sem interpretações ou ainda passíveis de serem submetidos a outras análises. Como bibliografia, são entendidos textos escritos inclusive a partir de documentos. No que se refere às partes documental e bibliográfica, os procedimentos básicos foram o levantamento, a leitura, a análise e a interpretação dos materiais atinentes aos temas abordados. Em relação à parte empírica, foram adotados como procedimentos metodológicos elementares a observação e a aplicação de entrevistas semi-estruturadas, tanto individuais quanto coletivas, entre 2017 e 2018.

Agroecologia no Zapatismo

O Zapatismo é um Movimento antissistêmico atuante no Estado de Chiapas, região Sudeste do México. Esse Movimento, não sem contradições e condições adversas, detém autonomia conquistada sobre seus territórios – compostos por comunidades, municípios e zonas autônomas –, que têm autoridades próprias, constituídas pelos zapatistas. Esses espaços são denominados territórios autônomos rebeldes zapatistas (AGUIRRE ROJAS, 2012, BARBOSA, 2015, BRANCALEONE, 2015).

³ Não raramente os megaprojetos são mais recorrentes na literatura atinente, bem como em entrevistas, devido às suas dimensões e proporcionais impactos. Entretanto, projetos de menores dimensões também têm diversos desdobramentos para comunidades por eles afetadas, em termos tanto de relações sociais quanto ambientais.



Esse Movimento também se destaca pelas suas áreas da autonomia ou, em outras palavras, frentes de atuação, como a agroecologia, a saúde, a educação, a justiça e as autoridades autônomas, denominadas *buen gobierno*, responsáveis pelo governo dos territórios autônomos em conformidade com os princípios do *mandar obedecendo*, inerente à concepção zapatista de mundo (ÁVILA-ROMERO, 2007, BARBOSA, 2015, BASCHET, 2015, CHRISTLIEB, 2014, SILVA, 2019).

O Zapatismo tornou-se internacionalmente conhecido após realizar, em 1994, o Levante armado, declarando guerra ao governo federal mexicano e apresentando suas demandas. As demandas zapatistas foram, inicialmente, 11: trabalho, terra, moradia, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. Posteriormente, o Movimento adicionou duas, que são informação e cultura, totalizando, dessa forma, 13 demandas (AGUIRRE ROJAS, 2008, BASCHET, 2015, SILVA, 2019).

Várias dessas demandas têm relações diretas ou indiretas com a temática da agroecologia que, por sua vez, é imbricada com a concepção zapatista de mundo e com as culturas dos diversos povos indígenas que o compõem (BARBOSA, 2015, SILVA, 2019). O Zapatismo, como pontuado, tem diversas frentes de atuação, denominadas áreas da autonomia, das quais se destacam, para o objetivo deste texto, a educação, a saúde e a agroecologia. Cada uma dessas áreas tem seus respectivos promotores, que são os promotores de educação, os promotores de saúde e os promotores de agroecologia, que coordenam e apoiam as autoridades autônomas e as comunidades zapatistas em assuntos direta ou indiretamente relacionados com os seus campos de atuação (SILVA, 2019).

Considerando-se o que apontam Altieri (1999), Guhur e Toná (2012), Novaes *et al* (2015), entre outros autores, a agroecologia contrapõe-se à produção pautada lógica do capital e, por conseguinte, pelos princípios da Revolução Verde e do agronegócio – em especial no que se refere ao uso de agrotóxicos e outros insumos químicos prejudiciais à natureza e, portanto, à vida humana.

Segundo Altieri (1999, p. 9),

En la búsqueda por restablar una racionalidad más ecológica en la producción agrícola, los científicos del agro han descuidado un punto clave en el desarrollo de una agricultura más autosuficiente y sustentable: el conocimiento profundo de la naturaleza del agroecosistema y los principios que regulan su funcionamiento. Basado en nuevos resultados de



investigación y descubrimientos prácticos, se intenta en esta nueva edición de reenfatizar la importancia de la agroecología como una disciplina que provee los principios ecológicos básicos para estudiar, diseñar y manejar agroecosistemas que sean productivos y conservadores del recurso natural, y que también sean culturalmente sensibles, socialmente justos y económicamente viables.

Conforme Novaes *et al* (2015, p. 196),

Principalmente a partir dos anos de 1980, com o avanço destrutivo do capital e, conseqüentemente, a mercantilização de todas as esferas da vida, começaram a surgir diversos conflitos na América Latina em torno da terra, água, sementes, energia elétrica, petróleo, gás, educação, trabalho, dentre outros. No Sul do Brasil, por exemplo, a destruição dos viveiros da Aracruz (eucalipto) e as lutas da Via Campesina contra a *Syngenta Seeds* (multinacional suíça), podem ser interpretadas como táticas de enfrentamento dos movimentos sociais na nova ofensiva do capital. Essas lutas ocorreram principalmente em reação a destruição das sementes crioulas, ao papel que a ciência e a tecnologia desempenham no sociometabolismo do capital e em função do controle que as multinacionais exercem em todas as dimensões da vida dos trabalhadores.

A agroecologia configura-se como uma das principais áreas da autonomia zapatista, seja pela sua importância para a dimensão material mais imediata, por exemplo, a produção de alimentos saudáveis e a proteção da natureza, seja pela sua relevância para a dimensão simbólica – indissociável da dimensão material –, pois esse Movimento tem uma concepção *muy otra* de relação com a *Madre Tierra*. Isso tem imbricações diretas com a questão da saúde, uma das áreas da autonomia.

A produção agropecuária dos zapatistas varia, conforme diversos fatores, entre eles, as características geográficas do território e as decisões das comunidades e/ou famílias. Envolve, por exemplo, a criação de animais, tais como, bovinos, suínos e galináceos, bem como o cultivo de café, banana, abóbora e, principalmente, milho. Uma das características-chave da produção zapatista é o respeito aos princípios agroecológicos, em especial a não utilização de agrotóxicos e outros produtos químicos prejudiciais à natureza e à saúde. Além disso, são adotados procedimentos para a recuperação e a preservação da fauna, das florestas e das águas. Para isso, o



Movimento mobiliza, de forma articulada ou intersetorial, as suas diversas áreas da autonomia.

Mora (2023, p. 57) entende a *milpa* – espaço de cultivo de produtos alimentícios – como elemento central do projeto de autonomia zapatista e enuncia alguns aspectos das suas práticas agrícolas, entre eles:

[...] reinventar las técnicas agrícolas, retomando los conocimientos de los ancianos y lo aprendido en intercambios agroecológicos. Uno de los primeros acuerdos de las asambleas fue prohibir la tala de árboles y el uso de pesticidas y fertilizantes químicos para que los bosques y los terrenos pudieran recuperarse tras años de deforestación.

Segundo Baschet (2022, p.1),

Em suas terras, os zapatistas desenvolvem uma agricultura campezina revitalizada – agroecologia, eliminação dos pesticidas comerciais, defesa das sementes nativas –, cujo objetivo é a autossustentância familiar, mas também a autossustentância coletiva, isto é, a capacidade de sustentar materialmente a construção da autonomia. Não se trata apenas de defender a agricultura campezina, mas de expandi-la pelos milhares de hectares de terras cultiváveis ocupadas depois do levante de 1994. Isso permitiu criar novas cidades, além de desenvolver formas inéditas de trabalho coletivo que trariam recursos para os projetos constitutivos da autonomia. Para os zapatistas, a recuperação massiva das terras – seu principal meio de sustento – é a base material que torna possível a construção da autonomia. À dimensão dominante de autossustentância acresce-se a cultura de pequenos lotes familiares de café, comercializado sobretudo pelas cooperativas zapatistas e pelas redes internacionais de difusão solidária, cuja receita permite às famílias comprar bens que não são produzidos pelas comunidades.

O Zapatismo compartilha, de diversas maneiras, aspectos das suas experiências, inclusive as relativas à produção econômica, apresentando tanto os avanços quanto os desafios e condições adversas. Ressalta-se o caráter educativo dessas iniciativas e os esforços do Movimento com vistas à consolidação e à ampliação da solidariedade e da cooperação internacional



entre movimentos, coletivos e outras formas de organização pautadas por perspectivas contra-hegemônicas (BRANCALEONE, 2015, SILVA, 2023).

Para o Zapatismo, a Terra, em conformidade com as concepções de mundo dos povos indígenas que o compõem, é a *Madre Tierra*, portanto, a fonte da vida. Dessa maneira, ela não se resume a um meio de produção ou a um *objeto* a ser explorado, irresponsável ou irrestritamente, conforme os desejos ou necessidades humanas (BARBOSA, 2015, BASCHET, 2015, SILVA, 2019).

Já para o sistema do capital, a natureza, logo, o Planeta Terra, resume-se a uma espécie de almoxarifado ou estoque de matérias-primas a ser saqueado para a produção de mercadorias e, as classes trabalhadoras, mera força de trabalho a ser explorada visando à máxima acumulação de capital. Conforme Novaes (2018, p. 143), “As ‘corporações-monstro’ estão cada vez mais livres para avançar na mercantilização da vida no domínio de territórios e na livre circulação das suas ações nas bolsas de valores”.

Dessa forma, a temática da agroecologia, que é indissociável das demandas e das demais áreas da autonomia zapatista, é uma das razões das lutas desencadeadas por esse Movimento contra o *mal gobierno*, ou seja, o governo mexicano em seus diferentes níveis, e contra a *hidra capitalista*, isto é, o sistema do capital. Novaes (2018, p. 151) aponta que “[...] sem uma completa desmercantilização da sociedade e sem soberania alimentar, não há agroecologia”.

TLCAN e a guerra de contra-insurgência

Para as finalidades deste estudo, destacam-se dois fatores que, além de, em última instância, terem relações entre si, têm, também, relações com outros quesitos não tratados neste texto, devido ao seu escopo. Um desses fatores é a entrada em vigência do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN). O outro é a guerra de contra-insurgência – também apresentada em bibliografia atinente como guerra de baixa intensidade –, levada a termo pelo Estado mexicano contra o Movimento Zapatista e seus apoiadores ou simpatizantes (BORSTEL, 2013, GALINDO DE PABLO, 2015).

O TLCAN foi assinado em 1992 pelos governos do México, Canadá e Estados Unidos da América, país idealizador e principal beneficiário desse Tratado, que passou a vigorar em 1º de janeiro de 1994, data em que ocorreu o Levante Zapatista.



Entre os principais objetivos enunciados do TLCAN estão a progressiva eliminação de todas as restrições alfandegárias e de investimentos entre os países membros, possibilitando a livre circulação de bens e serviços nos seus territórios, assim como a proteção da propriedade intelectual. Esses e outros fatores garantiriam, em tese, o dito livre comércio em toda a América do Norte (TLCAN, [199-]). Conforme enunciado no TLCAN, os objetivos visados são:

- a) eliminar obstáculos al comercio y facilitar la circulación transfronteriza de bienes y de servicios entre los territorios de las Partes;
- b) promover condiciones de competencia leal en la zona de libre comercio;
- c) aumentar sustancialmente las oportunidades de inversión en los territorios de las Partes;
- d) proteger y hacer valer, de manera adecuada y efectiva, los derechos de propiedad intelectual en territorio de cada una de las Partes;
- e) crear procedimientos eficaces para la aplicación y cumplimiento de este Tratado, para su administración conjunta y para la solución de controversias; y
- f) establecer lineamientos para la ulterior cooperación trilateral, regional y multilateral encaminada a ampliar y mejorar los beneficios de este Tratado (TLCAN, [199-], p. 2 – destaques não originais).

A implementação dos objetivos desse Tratado demandou reformas estruturais, especialmente alterações na legislação federal mexicana que visaram adequar política, econômica e culturalmente a realidade desse país às exigências do denominado livre comércio para fins de expansão ou intensificação do mercado capitalista globalizado. As reformas da legislação federal foram um dos primeiros e imprescindíveis passos para realizar essa adequação (CHRISTLIEB, 2014, FUSER, 1995, MONTEMAYOR, 2009).

Algumas das reformas foram realizadas ainda no contexto de assinatura e do início de vigência do Tratado. Outras foram realizadas posteriormente. Essas reformas são, em última análise, inter-relacionadas entre si e resultaram em impactos negativos para a ampla maioria das classes trabalhadoras no México. Entretanto, a reforma que teve maior repercussão entre povos indígenas nesse país, principalmente entre os zapatistas, foi a relacionada ao artigo 27 da *Constitución Política* mexicana,



que trata do *Marco Legal Agrário*, reformado em 1992 em decorrência do TLCAN (CHRISTLIEB, 2014, EZLN, 1994, FUSER, 1995, MONTEMAYOR, 2009).

A reforma desse artigo garantiu as condições legais para a fragmentação e exploração capitalista dos *ejidos*, um regime de propriedade comunal de terras indígenas no México até então, por força da legislação federal, protegidas, inalienáveis, indivisíveis e não comercializáveis. Nos *ejidos*, o trabalho e a tomada de decisões ocorriam coletivamente, conforme as instâncias deliberativas de cada território (FUSER, 1995, EZLN, 1994, MONTEMAYOR, 2009).

Em consonância com os objetivos do TLCAN, foi necessário reformar a Constituição mexicana para tornar as terras *ejidales* – ou seja, propriedades comunais indígenas – passíveis de serem de variadas formas privatizadas e exploradas, direta ou indiretamente, em especial por corporações transnacionais para finalidades de execução de (mega)projetos, principalmente o extrativismo.

Conforme Villafuerte-Solís (2015, p. 15),

Hoy, en tiempos de neoliberalismo, la crisis adquiere nuevos rasgos que se expresan en la profundización de la pobreza estructural y en la nueva pobreza, la exclusión social, el hambre, las migraciones internas e internacionales, así como la instauración del neoextractivismo como un modo de acumulación que destruye de forma acelerada los recursos productivos, contamina el ambiente, genera violencia y pone en riesgo la vida de miles de seres humanos.

Já no contexto da aprovação da reforma do Artigo 27, os zapatistas, assim como outras organizações indígenas em resistência, tinham ciência de que essa reforma significaria o fim da remota possibilidade de se demandar, pelas vias legais, terras, com base no dispositivo da reforma agrária, que teve pífios impactos práticos em Chiapas. Significaria, também, a extinção das garantias legais de proteção das terras *ejidales*.

A abertura irrestrita do mercado e a transformação das terras *ejidales* em terras passíveis de comercialização implicaram (e continuam a implicar) diversos impactos negativos para os povos indígenas no México e foram alguns dos principais motivos do Levante Zapatista que, conforme Borstel (2013) e Galindo de Pablo (2015), resultou, dentre outras reações do Estado mexicano, na guerra de contra-insurgência.



El concepto de Guerra de Baja Intensidad es ampliamente conocido em Centroamérica a partir del proceso de intervencionismo de los EEUU en la región, que se dio durante la década de los 80 y al cual en México, se le dio amplia difusión, a partir del levantamiento del Ejército Zapatista de Liberación Nacional de Chiapas, en 1994 y sus denuncias ante las tácticas represivas del gobierno. Posteriormente diversos movimientos sociales como la APPO en Oaxaca y luchas en defensa del territorio como San Salvador Atenco en el Estado de México y la Parota en Guerrero, también son objeto de prácticas similares, no únicamente de violencia física y judicial, ejercida por parte de los cuerpos de seguridad del estado, sino también sujetos a un sin número de tácticas de violencia simbólica, psicológica y de intimidación, que utilizan las diversas autoridades y las corporaciones militares y policiales en contra de la movilización popular, la reivindicación de los derechos humanos o cualquier manifestación que este en contra de los intereses del próprio estado y las corporaciones que lo gestionan (BORSTEL, 2013, p. 4-5).

Essa guerra, levada a termo contra o Zapatismo e as comunidades aliadas ou simpatizantes desse Movimento decorre de fatores políticos, econômicos e culturais, entre eles, as condições legais necessárias para a consecução do TLCAN. Ela envolve diversas táticas, ao longo de sua execução. Uma delas implicou implementação de determinadas políticas, recorrentemente apresentadas por entrevistados como apoios governamentais, que envolveram (e continuam a envolver) diferentes aparelhos de Estado e medidas. Ávila-Romero (2007, p. 532-533) aponta que

Con el cambio de gobierno federal, el primero de diciembre del año 2000, cambió la estrategia del régimen hacia las comunidades zapatistas. Pasó de una actividad eminentemente político-militar, a otra enfocada en el aspecto económico, dado que se impulsaron fuertemente los apoyos productivos y económicos para organizaciones independientes y oficiales que no simpatizaban con el zapatismo, aunado al mapeo que personal de la Secretaría de Desarrollo Social había efectuado en ubicar a las comunidades que no recibían apoyo oficial.



Entre essas táticas, destacam-se as políticas contra a fome e a pobreza levadas a termo pelo México (VERGARA QUIJADA, 2021, VILLAFUERTE-SOLÍS, 2015).

Otro factor importante que se considera, para el establecimiento del entorno obesogénico, es el papel del Estado, quien, a través de los años, derivado del contexto nutricional y alimentario precario que se vivía entonces, promovió con acciones y estrategias, estilos de vida, el consumo de ciertos alimentos, y recomendaciones nutricionales, por lo cual se impulsó el consumo de alimentos de origen animal y derivados lácteos, a pesar de su costo elevado.

[...]

Para la década de los ochenta, el Gobierno promueve incluso la incorporación de productos como Coca-Cola a la Canasta Básica y en el afán de una economía abierta, ciertos programas sufren modificaciones, se reducen o desaparecen; por ejemplo, para el sexenio de 1994-2000 dieron inicio los programas de transferencia condicionada a grupos específicos de la población y se incluyen en ellos aspectos de alimentación y nutrición y es precisamente para el año 1999 que la Encuesta de Salud, pone de manifiesto por primera vez los altos índices de sobrepeso y obesidad en el país, lo que hace posible, plantear su inclusión en los Planes Nacionales de Desarrollo, para comenzar a combatir esta enfermedad (VERGARA QUIJADA, 2021, p. 11).

O fornecimento de produtos industrializados, especialmente alimentos ultraprocessados, afetam hábitos alimentares típicos das culturas indígenas locais, além de gerarem resíduos sólidos não orgânicos resultantes de embalagens desses produtos, não raramente descartadas na natureza.

Ressalta-se ainda que, após o Levante Zapatista, o Estado mexicano instalou, temporária e/ou definitivamente, diversos órgãos estatais nos territórios rebeldes e seus entornos – em especial bases militares, que impactam direta e indiretamente na geração de variados tipos de resíduos.

Além disso, no que se refere a alimentos ultraprocessados, ressalta-se que parte significativa deles utiliza produtos transgênicos, combatidos pelo Movimento, que se pauta pela perspectiva da agroecologia. Aliás, a circulação e o consumo desses produtos são um desafio para os zapatistas



que, além de se empenharem pela preservação das culturas indígenas, que incluem a culinária, preza pela saúde de seus integrantes.

Com a intensificação das políticas neoliberais e o ingresso do México no TLCAN, registrou-se um expressivo aumento na incidência de sobrepeso, obesidade e determinadas enfermidades inter-relacionadas com essas questões, em especial entre povos indígenas, que passaram por mudanças abruptas em termos de alimentação (VERGARA QUIJADA, 2021, VILLAFUERTE-SOLÍS, 2015).

Villafuerte-Solís (2015, p. 15) destaca que

El Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) colocó a México bajo una peligrosa dependencia y le obligó a un cambio en el patrón de consumo alimentario que está generando mayor subordinación al mercado con efectos en la salud: somos el primer país en el mundo con problemas de obesidad infantil; la primera causa de muerte es la diabetes; en la ciudad y en el campo se consume cantidad de refrescos y productos procesados con escaso o nulo valor nutricional, y en muchos hogares rurales se ha sustituido el consumo de maíz por harina, lo que ha generado una dependencia del mercado y ha posicionado a las empresas productoras de harina, tales como MASECA, MINSA, AGROINSA y HARIMASA.

Nesse sentido, segundo Vergara Quijada (2021, p. 7),

En este mismo contexto, aparece en el escenario mexicano, la firma en 1992 del Tratado de Libre Comercio con América del Norte (TLCAN), el cual pretendía que México tuviera mayor apertura económica y con esto se permitió, una vez que entró en vigor en 1994, la entrada de mercancías y productos de bajo nivel nutricional destinado al consumo popular.

Ainda em relação aos resíduos sólidos não orgânicos, ressaltam-se também os decorrentes dos agrotóxicos e outros produtos químicos. Tem-se, assim, um duplo impacto ambiental, ou seja, as embalagens descartadas de maneira inadequada e os resíduos de produtos nelas contidos, que podem tanto contaminar a natureza quanto gerar riscos imediatos ou mediatos à saúde – seja em caso de reaproveitamento indevido seja pelo descarte inadequado.

Outro fator que também resulta em significativos impactos negativos para o projeto zapatista é o desenvolvimento de grandes obras –



recorrentemente mencionadas em entrevistas como megaprojetos – nos territórios autônomos rebeldes zapatistas e/ou em suas imediações:

Algumas das características-chave e comuns aos megaprojetos são diversos impactos negativos, principalmente para as populações que vivem nas áreas afetadas ou no seu entorno imediato: deslocamentos forçados (a rigor, expulsões), destruição da natureza, intensificação dos níveis de exploração da força de trabalho, danos à saúde, assédios e violências psicológicas ou físicas, assassinatos, entre outras diversas ilegalidades ou violações dos Direitos Humanos (SILVA, 2018, p. 128).

Destaca-se, porém, que projetos de menores portes também resultam em impactos análogos aos dos megaprojetos, ainda que em escalas reduzidas. Essas obras, de iniciativas estatais ou privadas, envolvem vários setores da economia e têm impactos não somente para a área da agroecologia, mas para o projeto zapatista em sua totalidade.

O turismo também se configura como uma política estatal de promoção do desenvolvimento econômico de determinadas regiões ou cidades, em especial aquelas oficialmente classificadas como *Pueblos Magicos*. O turismo e outros projetos ditos de desenvolvimento econômico tendem a – sem desconsiderar a questão da arrecadação financeira – gerar, concomitantemente ou não, diversos impactos negativos para comunidades locais, em especial para comunidades indígenas rurais. No que se refere à natureza, são impactos relativos à degradação dos espaços naturais, uso de produtos transgênicos, a utilização ou o descarte de diversos tipos de produtos químicos (inclusive de uso pessoal), a geração de resíduos sólidos não orgânicos, dentre outros. Isso implica vários desafios para o projeto agroecológico zapatista.

Apontamentos apresentados por Valle Cornavaca (2022, p. 17) contribuem para exemplificar aspectos dessa questão:

Por ejemplo, la demanda de productos no tradicionales en la localidad ha generado la introducción de productos empacados ya sea en latas, plástico, vidrio, entre otros; lo que genera una mayor cantidad de residuos inorgánicos que se acumula alrededor de los campamentos. A pesar de que hay señalización que solicita al turista llevarse sus residuos, estos siguen aumentando conforme llegan más visitantes puede



deberse a varios factores: no hay conciencia por parte de los turistas y no existe voluntad de parte de las guías turísticas de enseñar y obligar a seguir normas de conducta ya que ambos actores son externos a la localidad. En algunas ocasiones, los turistas llegan a llenar los contenedores de residuos sólidos en los campamentos con aquellos desechos que van cargando de otros lugares y, si no encuentran un basurero, se les hace más fácil tirarlos al piso, alrededor de las cabañas. Con el viento o en caso de que algunos animales los encuentren, pueden llegar hasta los ríos o al interior de la selva contaminando la selva y el agua [...].

Vale destacar que determinadas comunidades não possuem infraestrutura, por exemplo, de saneamento básico, adequada para lidar com outros tipos de resíduos e impactos resultantes do turismo em larga escala.

Algumas comunidades empenham-se para deterem a gestão do turismo em seus territórios e, assim, controlarem a sua execução e seus impactos, tanto no que se refere às relações sociais no interior dos seus territórios, quanto no que tange a seus impactos ambientais. Partindo do que aponta Valle Cornavaca (2022), há diferentes concepções de turismo, com variadas implicações, seja no que se refere mais diretamente à dinâmica social das comunidades, seja no que tange mais diretamente aos impactos ambientais, dimensões essas que, em última análise, têm imbricações viscerais entre si. Ainda segundo essa autora,

El turismo comunitario, por su parte, se basa en el principio de la participación comunitaria en la gestión, desarrollo y retribución del producto turístico, al mismo tiempo que fomenta la organización de la comunidad para contrarrestar los efectos negativos producidos por ciertos modelos turísticos implementados en los países con desarrollo tardío [...]. Es en este esquema que se inserta el turismo indígena (VALLE CORNAVACA, 2022, p. 4).

Durante as recorrentes viagens realizadas por este autor, principalmente para deslocamentos entre diferentes territórios rebeldes, e também nesses territórios ou suas adjacências, foi constatada a expressiva quantidade de embalagens plásticas – em especial de uma determinada



marca de refrigerantes⁴ – descartadas de forma inadequada em variados espaços, tais como, ao longo das estradas em meio à vegetação nativa e pontos turísticos, como, por exemplo, balneários, cascatas e rios. Os esforços de algumas comunidades para a gestão dos resíduos sólidos não orgânicos eram insuficientes ou ineficazes, haja vista a inexistência de coleta sistemática e de equipamentos para a realização da reciclagem. Algumas comunidades, para se livrarem deles, promoviam, não sem expressos constrangimentos, a incineração dos resíduos gerados ou descartados nos respectivos territórios.

Problemas referentes à gestão dos resíduos sólidos não orgânicos em áreas rurais são destacados por Valle Cornavaca (2022, p. 18):

Por otra parte, no se ve interés por parte de gobierno de abrir un centro de reciclaje o de proveer el servicio de recolección de residuos, por lo tanto, los lacandones han visto como una salida eficaz la quema de estos, en donde se pueden encontrar desechos como papel, envases de plástico, papel de baño, toallas sanitarias, entre otros. Esta solución se enfoca en no amontonar o almacenar desperdicios, pero a largo plazo ocasiona un daño mayor ya que se generan toxinas que atentan contra los seres humanos y el ambiente. Al mismo tiempo que al introducir productos industriales no solo se modifican patrones de consumo de la comunidad sino también de los animales endémicos quienes escarban en los desechos en busca de comida y en ocasiones pueden llevar los residuos al interior de la selva, lo que termina contaminado el área protegida.

Portanto, por um lado, o consumo por zapatistas e não zapatistas de produtos industrializados ou ultraprocessados, o crescimento do turismo e a realização dos (mega)projetos, por outro lado, a inexistência ou a insuficiência de projetos eficazes de gestão de resíduos resultantes das

⁴ Aspectos de problemas e polêmicas em torno da reciclagem têm ganhado cada vez mais espaço na mídia hegemônica inclusive. Para fins de exemplificação, vale mencionar produções mais recentes, por exemplo, da BBC News Brasil – “Documentário BBC: As promessas plásticas da Coca-Cola” <https://www.youtube.com/watch?v=EPsR3Z-gd3A> e “O desafio da Coca-Cola, apontada como maior poluidora por plástico no mundo” <https://www.youtube.com/watch?v=WaLYUsiuNh8> – e da DW – “Coca-Cola y los residuos plásticos” <https://www.youtube.com/watch?v=9YsKAeu0isk>.



embalagens desses produtos configuram-se como desafios para comunidades indígenas, em especial para os zapatistas, que buscam, não sem contradições, condições adversas e evidentes limites, adotar medidas visando à implementação dos princípios da agroecologia em seus territórios e, com isso, proteger a natureza, que inclui os seres humanos, o que remete à questão da saúde, uma das áreas da autonomia zapatista.

No entendimento de Acero Suchiara (2016, p. 28),

Sin embargo, la construcción de la autonomía y vida digna zapatista, ha costado y sigue costando trabajo arduo que implica gran resistencia debido a la constante guerra de baja intensidad efectuada desde el ente político con la finalidad de desarticular a la organización y a cualquier simpatizante a ella, mediante la implementación de grandes programas sociales, la paramilitarización, censura mediática, construcción de carreteras e infraestructura.

Apontamentos de Villafuerte-Solís (2015, p. 21) também contribuem para ilustrar aspectos da situação em Chiapas e, por conseguinte, dos territórios zapatistas:

Chiapas vive una prolongada y profunda crisis expresada en la magnitud de la pobreza, que adquiere mayores dimensiones en el medio rural y entre la población indígena. A la pobreza secular se ha sumado en las últimas dos décadas la nueva pobreza generada por las políticas de carácter neoliberal. La destrucción y el deterioro de los medios de vida, fundamentalmente de la tierra, los bosques y el agua, han contribuido a la situación de pobreza de miles de familias campesinas e indígenas, que hoy sobreviven principalmente de los programas asistencialistas que otorgan los gobiernos federal y estatal.

Na atualidade, um dos principais desafios para as comunidades e os povos em resistência nessa região é o projeto denominado “Tren Maya”, devido ao seu alto potencial de impactos negativos (inclusive ambientais) para esses povos, com repercussões em aspectos políticos, econômicos e culturais dessas comunidades ou suas organizações. Entretanto, da perspectiva estatal, são destacados apenas aspectos ditos positivos



relacionados ao potencial de desenvolvimento econômico desse projeto⁵. Portanto, não é considerado o direito à autonomia e à autodeterminação desses povos, inclusive no que se refere aos seus territórios, questões essas que foram tratadas, por exemplo, nos Acuerdos de San Andrés (ACUERDOS..., 1996 *apud* SILVA, 2019) e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais (OIT, 1989) que, em última instância, são incompatíveis com certos enunciados do TLCAN.

Nos Acuerdos de San Andrés o Governo Federal “[...] assume como compromissos que el Estado mexicano debe cumplir con los pueblos indígenas [...]” (ACUERDOS..., 1996 *apud* SILVA, 2019, p. 94):

1. Reconocer a los pueblos indígenas en la Constitución general. [...].
 2. Ampliar participación y representaciones políticas. [...].
 3. Garantizar acceso pleno a la justicia. [...].
 4. Promover las manifestaciones culturales de los pueblos indígenas. [...].
 5. Asegurar educación y capacitación. [...].
 6. Garantizar la satisfacción de necesidades básicas. [...].
 7. Impulsar la producción y el empleo. [...].
 8. Proteger a los indígenas migrantes. [...].
- (ACUERDOS..., 1996 *apud* SILVA, 2019, p. 94).

Entretanto, esses acordos não são cumpridos pelo Estado mexicano. Conforme Sámano R., Durand Alcántara e Gómez González (2001, p. 105), esses são os primeiros acordos acerca dos direitos indígenas nesse país. Porém, “[...] estos Acuerdos son más conocidos internacionalmente por su

5 Para exemplificação, vale destacar algumas produções midiáticas hegemônicas mais recentes, dentre elas, as intituladas “Guerra civil en Chiapas, ¿amenaza real o exagerada?” (<https://www.youtube.com/watch?v=LYutvmVNqXw>), “México y las energías renovables: impacto en los pueblos indígenas” (<https://youtu.be/LSTiDVWAKZY>) e “Chiapas: ¿al filo de la guerra civil?/ Tribunal falla contra Grupo México/ Elecciones en Coahuila” (<https://www.youtube.com/watch?v=KraKqTsr8x4>). Informações atualizadas sobre o Movimento Zapatista e a Sociedade Civil Las Abejas de Acteal podem ser consultadas nas páginas dessas organizações na internet: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/> e <http://acteal.blogspot.com/>. Por ocasião do 30º aniversário do Levante Zapatista, novas produções midiáticas e acadêmico-científicas relacionadas a essa temática foram publicadas recentemente em diversos países e continentes.



falta de cumplimiento, que en el propio país.” Silva (2019, p. 94), por sua vez, aponta que, por intermédio desses acordos, o Estado mexicano “[...] formalizaria o reconhecimento, na *Constitución* mexicana, dos direitos políticos, jurídicos, sociais, econômicos e culturais dos povos indígenas. Assim, o Estado deveria reconhecer o direito à autonomia, à livre determinação e ao autogoverno dos povos indígenas”.

A Convenção 169 (OIT, 1989), em seu artigo 13, estabelece que:

Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

Já o TLCAN, como mencionado anteriormente, estabelece, entre os compromissos assumidos pelos Estados signatários, “[...] eliminar obstáculos al comercio y facilitar la circulación transfronteriza de bienes y de servicios entre los territorios de las Partes”; (TLCAN, [199-], p. 2).

Em última análise, os compromissos assumidos nesses documentos são conflitantes entre si. Se o governo mexicano deixa de cumprir o TLCAN, tem que se haver com as corporações transnacionais afetadas e/ou com os demais países signatários desse Tratado. Já quando deixa de cumprir os Acuerdos de San Andrés e a Convenção 169, que consequências há, efectivamente, para esse país, seus governantes ou agentes estatais envolvidos?

Mobilizações contra o avanço da *hidra capitalista* e seus impactos ocorrem em diversas partes do mundo e envolvem diferentes segmentos das classes trabalhadoras, com destaque para iniciativas de povos originários. São mobilizações contra os produtos transgênicos, contra os agrotóxicos, contra a construção de (mega)projetos, contra a desvalorização ou a repressão das culturas originárias, contra a invasão e o despojo das terras de povos originários ou de populações locais, contra a destruição da natureza, entre outras (BARBOSA, 2015, BASCHET, 2015, GUHUR; TONÁ, 2012, PEREIRA *et al*, 2023, PIREs; NOVAES, 2017, SILVA, 2019). O direito dos povos originários à autodeterminação e a viver em conformidade com as próprias culturas não ocorre no vácuo, pois implica, inevitavelmente, a terra, que, como se pode depreender de Fernandes (2012) e Torres *et al* (2014), é elemento imprescindível para a consecução do território e da territorialidade.



Educação autônoma e agroecologia

76

Os zapatistas registram exitosos resultados em suas iniciativas. No entanto, por outro lado, enfrentam numerosas condições adversas para executarem o seu projeto agroecológico, devido ao avanço, não obstante as suas tentativas de resistência, das relações baseadas nos princípios da *hidra capitalista* em territórios autônomos e suas imediações, principalmente os projetos de diversos portes, pautados por perspectivas desenvolvimentistas. Os territórios rebeldes estão distribuídos por diferentes regiões de Chiapas; assim, há que se considerar, para além dos pontos comuns, as singularidades – em diversos sentidos – de cada comunidade, município ou zona zapatista.

Esse Movimento adota diversas medidas para a consecução do seu projeto agroecológico, que é indissociável de outras iniciativas zapatistas. Nessa luta, o Movimento enfrenta desafios externos – combinados ou não entre si – de diferentes ordens, conjunturais e estruturais, em âmbitos local, regional, nacional e/ou transnacional, em decorrência de ações, articuladas ou não, de agentes privados e/ou estatais, envolvendo – recorrendo a categorias de Althusser (1999) – tanto aparelhos ideológicos quanto aparelhos repressivos de Estado (SILVA, 2019).

A educação autônoma, autoapresentada também como *la otra educación*, coordenadamente com as demais áreas e conforme as deliberações de cada comunidade zapatista, configura-se como um quesito estratégico nessas iniciativas, seja pela presença da agroecologia – em acepção zapatista – nos seus currículos, seja pelos aportes técnico-científicos e político-ideológicos propiciados para a formação de promotores de agroecologia. Aliás, pelo fato de as áreas da autonomia serem, de diferentes formas, articuladas entre si, ocorrem aportes mútuos, o que potencializa a capacidade de atuação de cada uma delas e, por conseguinte, a capacidade de auto-organização, autoeducação e de resistência desse Movimento diante dos desafios, tanto conjunturais quanto estruturais, postos pela *hidra capitalista* (BARBOSA, 2015, BASCHET, 2022, SILVA, 2019).

A articulação entre as esferas da política, da economia e da cultura é imprescindível para avanços, com maiores chances de êxito, na consecução do projeto agroecológico zapatista. A educação autônoma configura-se um componente elementar para a continuidade e para o fortalecimento projeto agroecológico zapatista, contribuindo inclusive para a formação de promotores de agroecologia.



O projeto agroecológico é fundamental no processo de resistência e de luta desse Movimento em defesa da *Madre Tierra*, que implica, inevitavelmente, a luta contra a *hidra capitalista*, posicionamento que marca a educação autônoma e é inerente ao projeto político zapatista em sua totalidade.

Considerações finais

O avanço da *hidra capitalista* nos territórios zapatistas e seus entornos configura-se como um dos principais obstáculos e desafios para o projeto agroecológico do Zapatismo. Esse avanço ocorre de variadas formas e envolve diversos agentes, estatais e/ou privados.

A concepção zapatista de natureza é incompatível com a perspectiva desenvolvimentista, que marca os (mega)projetos implantados pelo Estado mexicano e/ou por corporações nacionais e transnacionais. Além dos impactos negativos para a natureza, esses projetos configuram-se como uma das táticas da guerra de contra-insurgência levada a termo pelo Estado contra o Zapatismo, com vistas a provocar cisões no interior e/ou entre diferentes comunidades locais e/ou territórios adjacentes.

Esse Movimento implementa diversas medidas para a continuidade do processo de resistência contra o avanço de políticas desenvolvimentistas, assim como para levar adiante o seu projeto de agroecologia, que é indissociável de outras iniciativas zapatistas nas esferas política, econômica e cultural, esferas essas imbricadas entre si. Não obstante as condições adversas e os desafios enfrentados, o Zapatismo registra resultados exitosos, tanto na agroecologia quanto noutras áreas. Aliás, a existência e a atuação desse Movimento já se configuram, entre sombra e luz, 40 anos de entrave para a *hidra capitalista*.

A educação rebelde autônoma zapatista é um componente-chave para a continuidade e para o fortalecimento do processo de resistência e de luta desse Movimento contra os projetos do capital em seus territórios e adjacências. Aliás, as várias áreas da autonomia zapatista têm inter-relações necessárias entre si – posicionamento que remete a discussões acerca da totalidade ou da intersetorialidade –, aumentando, assim, o potencial de luta e de resistência desse Movimento, com vistas à consecução do seu projeto político, que envolve, incondicional e articuladamente, o combate à *hidra capitalista* e a defesa da *Madre Tierra*.



O Zapatismo, legatário de movimentos anteriores, dá continuidade, porém, numa clave *muy otra*, ao processo de lutas travado por povos originários há mais de 500 anos contra a inconclusa tentativa de conquista, que, cada vez mais, tem a terra, ou melhor, a Terra, como fator central de disputas. Nesse processo de resistência, são mobilizadas todas as áreas da autonomia zapatista, com destaque para a educação rebelde, fator-chave nos embates ideológicos e epistemológicos, inclusive no que se refere à questão ambiental, que tem cada vez mais ocupado espaço privilegiado nas agendas de movimentos sociais contra-hegemônicos, organizações ou instituições, estatais ou não, tanto em âmbito local quanto transnacional.

Referências

- ACERO SUCHIAPA, E. A. La cultura política del "mandar obedeciendo" en la construcción de la autonomía zapatista. La acción política como condición para el "desarrollo local". 136 f. 2016, Maestria (Desarrollo local) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Autónoma de Chiapas, San Cristóbal de las Casas, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.unach.mx:8080/jspui/bitstream/123456789/3101/1/RIBC149000.pdf> Acesso em: 10 jun. 2023.
- AGUIRRE ROJAS, C. A. Artes, ciencias y saberes neozapatistas. Nacer desde abajo el nuevo mundo no capitalista. *Kamchatka*, València, n. 12, p. 133-154, dic. 2018. Disponível em: <https://ojs.uv.es/index.php/kamchatka/article/view/13416/12695>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- AGUIRRE ROJAS, C. A. *Mandar obedeciendo*: las lecciones políticas del neozapatismo mexicano. México, DF: Contrahistorias, 2008.
- AGUIRRE ROJAS, C. A. *Movimientos antisistémicos*: pensar lo antisistémico em los inicios del Siglo XXI. Rosario: Prohistorias, 2012.
- ALTIERI, M. A. Prefácio. In: ALTIERI, M. A. *Agroecología*: bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999. p. 6-7.
- ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ÁVILA-ROMERO, L. E. Logros y límites de las estrategias sustentables de desarrollo autónomo en el Norte de Chiapas, México. *Ra Ximhai*, Fuerte, v. 3, n. 2, p. 509-549, may-ago. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/461/46130216.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.



- BARBOSA, L. P. *Educación, resistencia y movimientos sociales: la praxis educativo-política de los Sin Tierra y de los Zapatistas*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.
- BASCHET, J. *Adiós al capitalismo: autonomía, sociedad del buen vivir y multiplicidad de mundos*. Espanha: Ned Ediciones, 2015.
- BASCHET, J. O legado do zapatismo, 28 anos após o levante. *Outras palavras*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/o-zapatismo-e-seu-legado-28-anos-apos-o-levante/>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- BRANCALEONE, C. *Teoria Social, democracia e autonomia: uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2015.
- BORSTEL, M. V. *La guerra de baja intensidad contra las comunidades en resistencia contra la Represa El Zapotillo* (Primera Parte). 2013. Disponível em: http://www.otrosmundoschiapas.org/docs/escaramujo/escaramujo74_0_gbi_y_presa_zapotillo_i.pdf. Acesso em: 15 abr. 2018.
- CHRISTLIEB, P. F. *Justicia Autónoma Zapatista Zona Selva Tzeltal*. Ciudad de México: Estampa; Ediciones Autónom@s, 2014.
- DAL RI, N. M. Um panorama dos novos movimentos sociais latino-americanos e a pedagogia do trabalho associado. In: NOVAES, H. T.; DAL RI, N. M. (org.). *Movimentos sociais e crises contemporâneas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 165-179.
- DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1988.
- EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (EZLN). *Primera Declaración de la Selva Lacandona*. México, 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primeradeclaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 7 abr. 2014.
- FERNANDES, B. M. Território camponês. In: CALDART, R. S. et al (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 746-750.
- FUSER, I. *México em transe*. São Paulo: Scritta, 1995.
- GALINDO DE PABLO, A. El paramilitarismo en Chiapas Respuesta del poder contra la sociedad organizada. *Política y Cultura*, Ciudad de México, n. 44, p. 189-213, otoño. 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422015000200009. Acesso em: 7 abr. 2019.
- GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et al (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola



Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 59-67.

MONTEMAYOR, C. *Chiapas, la rebelión indígena de México*. Ciudad de México: Randon House Mondadori, 2009

MORA, M. Kanantayel lum k'in al en la autonomía zapatista. *Revista de la Universidad de México*, Ciudad de México, n. 903/904, p. 56-59, 2023. Disponível em: <https://www.revistadelauniversidad.mx/download/4697ea55-66b9-481f-bb50-7135fcc68ff0?filename=eZln>. Acesso em: 10 dez. 2023.

NOVAES, H. T. Produção destrutiva e agroecologia: contribuições teóricas para a crítica a "revolução verde" na teoria de István Mészáros. *Revista Trabalho, Política e Sociedade*, Nova Iguaçu, v. 3, n. 5, p. 141-162, jul.-dez. 2018. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/236>. Acesso em: 23 ago. 2022.

NOVAES, H. T. et al. A economia política da "revolução verde", a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 191-210.

NOVAES, H. T.; PIRES, J. H. S. Corporações transnacionais, a agenda agroecológica do MST e as escolas de agroecologia. In: NOVAES, H. T.; DAL RI, N. M. (org.). *Movimentos sociais e crises contemporâneas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 269-296.

NOVAES, H. T.; SANTOS, L. As Escolas de Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In: DAL RI, N. M. et al. *Educação democrática, trabalho e organização produtiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. São Paulo; Marília: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, Lutas Anticapital, 2019. p. 213-239.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenção n.º 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais*. 1989. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%Adgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 14 dez. 2022.



- PEREIRA, V. C. *et al.* Tertúlia Lecampo: mulheres, agroecologia e resistência na Educação do Campo no contexto da extensão. *Revista Extensão em Foco*, Palotina, n. 30, p. 32-52, jan./jul. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/85730/pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.
- SÁMANO R., M. A.; DURAND ALCÁNTARA, C.; GÓMEZ GONZÁLEZ, G. Los acuerdos de San Andrés Larráinzar en el contexto de la declaración de los derechos de los pueblos americanos. *Instituto de Investigaciones Jurídicas*, Ciudad de México, p. 103-120, 2001. Disponível em: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/1/1/12.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- SILVA, C. R. *Educação em movimentos sociais: princípios educativos comuns ao Movimento Zapatista e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. 2019. 410 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181986/silva_cr_dr_mar_sub.pdf?sequence=7&isAllowed=y. Acesso em: 13 mai. 2023.
- SILVA, C. R. "FRAYBA" (Chiapas/México): Resistência e solidariedade em defesa dos direitos humanos dos povos indígenas. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, v. 11, n. 2, p. 195–212, 2023. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/233>. Acesso em: 2 jan. 2024.
- SILVA, C. R. ZAD de Notre-Dame-des-Landes: uma história de auto-organização, autoeducação, autogestão e de resistência popular. *Espaço Acadêmico*. Maringá, a. XVIII, n. 205, p. 127-130, jun., 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/42613/751375137864>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- TAIBO, C. *En defensa del decrecimiento – sobre capitalismo, crisis y barbarie*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2009.
- TORRES, J. C. *et al.* Formação de professores e territorialidade: questões elementares na educação dos povos do campo. In: JORNADA DE ESTUDOS AGRÁRIOS – Territórios e Movimentos Sociais, 1., 2014, Marília. *Anais...* Marília, 2014. p. 1-16.
- TRATADO DE LIBRE COMERCIO DE AMERICA DEL NORTE (TLCAN). [199-]. Disponível em: <https://idatd.cepal.org/Normativas/TLCAN/Espanol/Tratado de Libre>



Comercio de America a del Norte-TLCAN.pdf. Acesso em: 13 mar. 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLE CORNAVACA, A. L. Turismo indígena: una alternativa para la conservación de la reserva de la biosfera de Montes Azules, Chiapas, México. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 40, e65002, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/65002/41180>. Acesso em: 10 mai. 2023.

VERGARA QUIJADA, G. T. Entorno alimentario obesogénico en la región Altos de Chiapas, México. In: VENEGAS HERRERA, M. A. C.; AMPARO TELLO, DAGOBERTO Y KEN RODRÍGUEZ, C. A. (coords.). *Políticas públicas, empleo y migración en perspectiva territorial*. Ciudad de México: Edit. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas y Asociación Mexicana de Ciencias para el Desarrollo Regional, 2021. v. III.

VILLAFUERTE-SOLÍS, D. Crisis rural, pobreza y hambre en Chiapas. *LiminaR* [online], v. 13, n. 1, p. 13-28, 2015. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1665-80272015000100002&script=sci_abstract. Acesso em: 10 mai. 2023.

Recebido em 22 jun. 2023 | aceite em 27 dez. 2023

